

RAZÕES DO VETO AO AUTÓGRAFO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 006/2025 (SECRETARIA DE SEGURANÇA, CIDADANIA, TRÂNSITO E TRANSPORTE)

O Autógrafo de Lei Complementar nº 006/2025, que trata da reestruturação administrativa do Município de Horizonte, traz no art. 21 a lista de órgãos que integram a administração direta. O item 3.9 desse artigo descreve a **Secretaria de Segurança, Cidadania, Trânsito e Transporte** e seus órgãos subordinados. Durante a tramitação do projeto, o Vereador Jordan Maia apresentou a **Emenda Modificativa nº 001/2025**, aprovada pelo plenário, que:

- alterou os arts. 55 e 56 do Projeto de Lei Complementar nº 008/2025 para ajustar disposições finais;
- **modificou o item 3.9, art. 21, substituindo o organograma da Secretaria de Segurança, Cidadania, Trânsito e Transporte** por nova estrutura contendo "Assessoria Executiva", "Corregedoria da Guarda Municipal", "Diretoria Executiva de Trânsito e Transporte", "Comando da Guarda Municipal", "Coordenação de Políticas sobre Drogas", "Coordenação Administrativa e Financeira", "Coordenação de Defesa Civil", "Coordenação de Recursos Humanos" e "Coordenação da Guarda Patrimonial";
- modificou o **Anexo I** do projeto para refletir o novo organograma;
- substituiu o **Anexo II** (tabela de cargos, simbologias e quantidades) da Secretaria de Segurança, Cidadania, Trânsito e Transporte, inserindo cargos como *Comandante da Guarda Municipal*, *Coordenador de Políticas sobre Drogas* e *Coordenador de Defesa Civil*, entre outros.

A Secretaria Municipal de Finanças realizou estudo contábil e concluiu que as alterações incluíram cargos e gratificações cujo impacto mensal totaliza **R\$ 5.927,37 mensal**. Embora o valor pareça irrelevante no contexto do orçamento global, ele representa acréscimo de despesa não previsto no projeto original, criando **vício de iniciativa**. Diante desse cenário, cabe ao Prefeito opor veto parcial às alterações feitas pelo Legislativo.

Fundamentação jurídico-constitucional

1. Iniciativa privativa do Prefeito para leis que criem cargos e estructurem secretarias

- A **Lei Orgânica do Município de Horizonte** estabelece que a iniciativa para leis complementares e ordinárias cabe, em regra, a qualquer vereador, ao Prefeito e aos cidadãos. Contudo, o § 1º do art. 47 enumera matérias de **iniciativa privativa do Prefeito**, entre as quais se encontram a "criação de cargos, empregos e funções públicas na administração direta, indireta e fundacional, estabelecendo a respectiva remuneração", as disposições sobre servidores públicos (regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria) e a "criação, estruturação e atribuições das secretarias e órgãos da administração pública".
- O § 2º do mesmo artigo veda em termos absolutos que o Poder Legislativo **aumente despesa** em projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito: "**Não será admitido aumento da despesa nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito**". Esse dispositivo reproduz no âmbito municipal a regra do art. 63, I, da Constituição Federal.
- Ao propor a criação e a classificação de cargos no organograma da Secretaria de Segurança, Cidadania, Trânsito e Transporte (inserindo novas coordenações, diretorias e núcleos) a Emenda Modificativa nº 001/2025 violou a reserva de iniciativa do Poder Executivo. Os cargos e órgãos acrescentados – como **Comandante da Guarda Municipal, Coordenador de Políticas sobre Drogas, Coordenador de Defesa Civil e Coordenador de Recursos Humanos** – não estavam previstos no projeto original encaminhado pelo Prefeito. Trata-se de matéria que, segundo a Lei Orgânica, deve ser proposta exclusivamente pelo chefe do Executivo.

2. Vedação de aumento de despesa

- A inclusão de novos cargos no item 3.9 e no Anexo II produz impacto financeiro. Ainda que o acréscimo calculado seja modesto (cerca de **R\$ 5.927,37 mensais**), ele constitui **aumento de despesa** em projeto de iniciativa reservada ao Prefeito.
- O art. 47, § 2º, da Lei Orgânica de Horizonte é categórico ao proibir o aumento da despesa em projetos de iniciativa exclusiva do Executivo. Assim, qualquer emenda parlamentar que crie, amplie ou modifique cargos, funções ou estrutura de secretarias com repercussão financeira viola a norma local.



Submeto as presentes razões à consideração da Câmara Municipal, esperando a compreensão dos Senhores Vereadores para a preservação do ordenamento jurídico municipal e o respeito às atribuições institucionais dos Poderes.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE, em 19 de novembro de 2025.

Manoel Gomes de Farias Neto
PREFEITO DE HORIZONTE

Francisco Marcello Martins Desidério
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

